



Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

ANO 13 Nº 10
Outubro de 2004

Constrangimentos à continuidade do crescimento industrial

A atividade econômica vem mantendo, ao longo de 2004, uma trajetória de expansão, impulsionada pelos sucessivos recordes nas exportações e pela moderada recuperação do mercado interno.

No indicador acumulado jan.-ago./04, a produção industrial brasileira cresceu à taxa de 8,8% em relação a igual período do ano anterior, registrando taxas elevadas em quase todas as categorias de uso, com destaque para os bens de capital e para os bens duráveis de consumo. A retomada da trajetória de crescimento estimulou o aumento das horas trabalhadas e elevações, embora menos expressivas, nos níveis de emprego e salários, disseminando, para outros setores, a expansão da atividade fabril. Com efeito, a partir do segundo trimestre, observa-se uma recuperação modesta das atividades mais dependentes da demanda interna.

Tal expansão elevou os níveis de utilização da capacidade instalada do setor industrial (grau médio de 83,9% em agosto), aproximando muitos setores dos seus limites, como é o caso do segmento de bens intermediários, especialmente metalurgia, papel e papelão, borracha, petroquímica e têxtil.

O mesmo comportamento expansionista é observado em todos os estados pesquisados pelo IBGE, com exceção do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul, o indicador acumulado alcançou a taxa de 8,2%, ligeiramente inferior à média nacional. Os melhores desempenhos ficaram com os setores exportadores (agroindústria e máquinas e equipamentos), dando continuidade a uma tendência já diagnosticada anteriormente. O segmento produtor de bens semiduráveis e não duráveis, à exceção de fumo e bebidas (respectivamente, 31,08% e 6,50%), repete o fraco desempenho observado em anos anteriores (vestuário e acessórios, -4,4%; alimentos, -0,16%).

Embora haja uma previsão de continuidade de crescimento no curto prazo, a questão que se coloca é sobre até quando será possível mantê-lo. O segmento produtor de bens intermediários, um dos principais gargalos do crescimento industrial, apesar de registrar taxas elevadas de expansão em quase todas as atividades, vem tendo dificuldades em suprir a demanda da indústria. O indicador acumulado jan.-ago./04 mostra um bom desempenho nas atividades produtos de metal e borracha e plástico, em nível tanto nacional quanto regional.

Apesar desse bom desempenho, a produção de bens intermediários, no Rio Grande do Sul, representa apenas 6% da produção nacional desses bens, mas, na estrutura industrial gaúcha, ocupa a segunda posição (29%), com destaque para outros produtos químicos e produtos de metal.

Parte das dificuldades vêm sendo sanadas pelo aumento das importações de insumos, matérias-primas, máquinas e equipamentos e pela retomada dos investimentos, porém ainda em níveis insuficientes para garantir uma retomada sustentada do crescimento.

Os gargalos de infra-estrutura e de insumos básicos podem já, no médio prazo, comprometer as exportações e limitar o crescimento potencial, exigindo, portanto, medidas de apoio, públicas e privadas, para o equacionamento dos entraves.

O passo inicial foi dado com a modernização e a ampliação dos portos, viabilizadas pelo programa Reporto, enquanto o transporte rodoviário, dependente da implementação de programas do tipo parceria público-privada, continua aguardando decisões do Legislativo. Os fabricantes de insumos básicos, por sua vez, além das reivindicações de juros menores, solicitam políticas específicas para o setor.

Produção física industrial e valor da transformação industrial total e dos bens intermediários no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2002 e jan.-ago./04 (%)

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	TAXA DE CRESCIMENTO ACUMULADA DA PRODUÇÃO FÍSICA EM JAN-AGO/04 (1)	
	RS	Brasil
Indústria geral	8,21	8,76
Indústria extrativa	-	1,17
Indústria de transformação	8,21	9,18
Bens intermediários	-	7,34
Metalurgia básica	17,37	3,68
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	11,38	9,09
Minerais não-metálicos	-	4,38
Refino de petróleo e álcool	2,76	0,94
Borracha e plástico	16,63	8,97
Outros produtos químicos	0,61	7,51
Celulose, papel e produtos de papel	3,20	8,48
Madeira	-	10,49

ATIVIDADES INDUSTRIAIS	VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL EM 2002	
	Atividade do RS/Atividade do BR	Atividade do RS/Total da Indústria do RS
Indústria geral	8,14	100,00
Indústria extrativa	1,27	0,49
Indústria de transformação	8,37	99,51
Bens intermediários	5,56	29,19
Metalurgia básica	7,34	2,56
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	11,01	4,38
Minerais não-metálicos	0,51	0,25
Refino de petróleo e álcool	1,79	2,82
Borracha e plástico	9,02	3,46
Outros produtos químicos	8,32	11,13
Celulose, papel e produtos de papel	6,00	3,30
Madeira	7,39	1,29

FONTE: PIM/PF-IBGE.
PIA-IBGE.

(1) Os dados têm como base o mesmo período do ano anterior = 100.

Maria Lucrécia Calandro (FEE/NEI)

Finanças gaúchas melhoram, mas continuam difíceis

Através das informações do Tribunal de Contas do Estado (TCE), nota-se que houve uma melhora gradativa no resultado da execução do orçamento da Administração Pública Estadual Consolidada (Direta e Indireta). O déficit orçamentário (a preços de 2003) foi decrescendo de R\$ 955 milhões em 2000 para R\$ 943 milhões em 2001 e R\$ 467 milhões em 2002, chegando a R\$ 382 milhões em 2003, o que resultou, efetivamente, em uma redução real de 60% do déficit.

Essa situação se deve ao fato de que, enquanto a receita caiu 6,1% entre 2000 e 2003, a despesa apresentou uma queda maior, de 9,4% no mesmo período. Especificamente, a receita consolidada, apesar de ter aumentado nos dois primeiros anos

da série — de R\$ 14,7 bilhões em 2000 para R\$ 14,9 bilhões em 2001, chegando até a R\$ 15 bilhões em 2002 —, caiu, a seguir, para R\$ 13,8 bilhões em 2003. Já a despesa consolidada variou de R\$ 15,7 bilhões em 2000 para R\$ 15,8 bilhões em 2001, mas caiu para R\$ 15,5 bilhões em 2002 e, finalmente, para R\$ 14,2 bilhões em 2003.

Apesar dessa melhora, as finanças públicas gaúchas continuam delicadas. Os recursos arrecadados têm sido insuficientes para cobrir as despesas, que são, em sua maior parte, rígidas, isto é, obrigações a que o Estado não pode deixar de atender.

Evolução do resultado da execução do orçamento da Administração Pública Estadual Consolidada do RS — 2000-03

DISCRIMINAÇÃO	2000 (R\$ milhões)	2001 (R\$ milhões)	2002 (R\$ milhões)	2003 (R\$ milhões)	TAXA DE CRESCIMENTO 2003/2000 (%)
A - Receita consolidada	14 745	14 938	15 030	13 845	-6,1
B - Despesa consolidada	15 700	15 881	15 497	14 227	-9,4
C - Resultado orçamentário (A - B)	-955	-943	-467	-382	60,0

FONTE: Relatório e Parecer Prévio do TCE 2003.

NOTA: 1. Esses resultados foram obtidos conforme orientação da Lei Federal nº 4.320/64, considerados, nas despesas, os valores empenhados e, nas receitas, também as Anulações de Restos a Pagar, sendo tais resultados ajustados pelo TCE para uma melhor análise.

2. Os valores foram inflacionados pelo IGP-DI-FGV médio para 2003.

Alfredo Meneghetti Neto (FEE/NEESF)

Estrutura administrativa municipal: resposta à crise ambiental

Frente à crise ambiental — caracterizada por problemas como a contaminação do ar, do solo e das águas; como o buraco de ozônio; como as chuvas ácidas; dentre outros —, é importante, para o seu enfrentamento, a estrutura administrativa municipal na gestão ambiental.

A finalidade central dessa gestão é garantir a qualidade de vida e a do meio ambiente, atendendo ao interesse público.

No Brasil, a ação das prefeituras nessa área dá-se através das atividades de licenciamento e fiscalização, sob a responsabilidade dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente.

De acordo com a **Pesquisa de Informações Básicas Municipais de 2001**, do IBGE, a proporção de municípios com Conselho que realizou pelo menos uma reunião nesse mesmo ano, no RS, é de 33,9%, colocando o Estado no sexto lugar do *ranking* das unidades da Federação.

Apesar dessa posição de destaque, a situação do Estado na gestão ambiental encontra-se ainda muito centralizada no órgão estadual — Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente —, pois, atualmente, dos 496 municípios gaúchos, conforme dados dessa mesma fundação, apenas 73 estão habilitados ao exercício do licenciamento ambiental, o que dificulta uma intervenção local mais efetiva.

A gestão ambiental deve aportar estratégias, para que o desenvolvimento seja alcançado com o mínimo de degradação do meio ambiente.

Unidades da Federação com as maiores proporções de municípios com Conselho de Meio Ambiente — 2001

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROPORÇÕES (%)
Roraima	53,3
Amapá	37,5
Minas Gerais	36,9
Santa Catarina	36,5
Rio de Janeiro	35,9
Rio Grande do Sul	33,9
Espírito Santo	32,1
Acre	31,8
Goiás	29,3
Paraná	23,3

FONTE: IBGE.

NOTA: Foram contabilizados somente os municípios cujo conselho realizou pelo menos uma reunião em 2001.

Naia Oliveira (FEE/NIS)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Avanço do desemprego e queda na renda do trabalho em 2003

O arrocho da política econômica no primeiro ano do Governo Lula repercutiu negativamente no mercado de trabalho, revela a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio** (PNAD) recentemente divulgada. No RS, a renda real do trabalhador caiu, em média, 6,0% em relação a 2002, quando, no País, a queda foi maior, 7,3%. O rendimento médio real do trabalho em 2003 situou-se em R\$ 740,28 no RS e em R\$ 689,27 no Brasil. Cabe ressaltar que, embora os rendimentos apresentem queda desde 1997, esses patamares de variação ainda não haviam sido registrados. A taxa de desemprego, que tem sido maior no Brasil do que no Estado, elevou-se, no RS, de 6,7% em 2002 para 7,1% em 2003, atingindo em torno de 390 mil pessoas, enquanto, no âmbito nacional, passou de 9,2% para 9,7%, atingindo aproximadamente 8,5 milhões de pessoas.

Não obstante, incorporou-se massa de trabalhadores ao universo dos ocupados. O nível de ocupação experimentou uma elevação de 2,1% no RS e de 1,4% no Brasil, entre 2002 e 2003. Nesse movimento, chama atenção o incremento no contingente de trabalhadores com carteira assinada *vis-à-vis* ao verificado para o contingente dos empregados sem carteira: o primeiro cresceu 2,9% no RS e 3,4% no Brasil, ao passo que o estoque dos sem carteira cresceu quase nada no RS (0,3%) e caiu 2,3% no Brasil. Mesmo que a participação relativa dos empregados com vínculos legais na estrutura da ocupação, entre 2002 e 2003, pouco tenha se alterado (30,3% para 30,5% no RS e 29,3% para 29,9% no Brasil), esse diferencial de com-

portamento deve ser registrado como um dado positivo nesse quadro de deterioração das condições gerais do mercado de trabalho.

Indicadores selecionados do mercado de trabalho do RS e do BR — 2002 e 2003

DISCRIMINAÇÃO	Indicadores selecionados do mercado de trabalho do RS e do BR — 2002 e 2003 (%)	
	BR	RS
Varição da população ocupada 2003/2002	1,37	2,11
Varição do rendimento médio real 2003/2002	-7,32	-6,03
Taxa de desemprego		
2002	9,15	6,67
2003	9,72	7,08

FONTE: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2002 e 2003.

NOTA: Rendimento médio em 25 de setembro, em valores reais, calculado com base no INPC do IBGE, a preços de abr./04.

Maria Isabel H. da Jornada (FEE/NET)

Exportações de carnes do RS têm crescimento expressivo

Nos primeiros oito meses de 2004, as exportações agropecuárias brasileiras alcançaram US\$ 26,025 bilhões, um aumento de 35% sobre o mesmo período do ano anterior. O capítulo das carnes ficou em segundo lugar entre os produtos de maior valor, alcançando US\$ 3,561 bilhões, mediante crescimento de 64,6%. Entre os estados exportadores de carne, o Rio Grande do Sul ocupa o quarto lugar, com 16,9% das vendas. No período aqui analisado, o Estado obteve exportações da ordem de US\$ 603 milhões, com incremento de 48%, muito expressivo, porém abaixo da média nacional.

Analisando por tipo de carne, pode-se notar que a de frango continua a deter a maior fatia das vendas externas do Estado. Entretanto a taxa de crescimento das exportações do Rio Grande do Sul (44%) ficou abaixo da de Santa Catarina

(46%) e da do Paraná (55%), os outros dois grandes produtores e exportadores de carne de frango do País. Nas vendas de carne suína, o crescimento gaúcho foi de 30,8%, novamente abaixo da média nacional, impulsionada pela expressiva taxa de Santa Catarina (100%), Estado detentor de 44% das vendas do produto. Nas exportações de carne bovina, o extraordinário crescimento de 150,9% nas exportações a partir do Rio Grande do Sul não foi capaz de transformar o Estado em exportador importante, visto que possui apenas 3,1% de participação nas vendas externas da carne, onde São Paulo detém parcela de quase 70%. Quanto às outras carnes, com pouca expressão no total, o Estado conseguiu avançar 94%, dessa vez acima da taxa dos outros estados.

Exportações de carnes do Brasil e do Rio Grande do Sul — jan.-ago./03 e jan.-ago./04

TIPOS DE CARNE	BRASIL			RIO GRANDE DO SUL		
	Jan.-Ago./03 (US\$)	Jan.-Ago./04 (US\$)	Δ%	Jan.-Ago./03 (US\$)	Jan.-Ago./04 (US\$)	Δ%
Frangos	1 052 885 474	1 643 451 716	56,1	286 422 090	412 357 179	44,0
Bovinos	683 343 156	1 297 993 231	89,9	15 880 793	39 841 355	150,9
Suínos	324 201 598	454 926 327	40,3	84 256 954	110 171 875	30,8
Outras	103 706 929	164 851 279	59,0	20 933 963	40 611 732	94,0
TOTAL	2 164 137 157	3 561 222 553	64,6	407 493 800	602 982 141	48,0

FONTE: MDIC/Sistema Alice.

Martinho R. Lazzari (FEE/NEA)

A renegociação da dívida no RS: uma solução adiada

A busca do equacionamento da dívida dos estados resultou em uma renegociação em 1998 e na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000. A primeira teve por objetivos conter o crescimento explosivo da dívida e promover ajuste fiscal e a reforma estatal, através das privatizações. Já a LRF impôs um ajuste fiscal rigoroso aos estados. Ambas visaram sanear as finanças e enquadrá-las na política de ajuste econômico (metas de inflação e superávit primário). Esses acordos exigiram grande esforço fiscal do Estado do RS e reduziram muito pouco a dívida, apesar de se manterem elevados os montantes de amortizações mais juros.

A renegociação de 1998 foi conduzida caso a caso, para tirar o máximo de cada estado, especialmente dos mais endividados (SP, MG, RJ e RS). O Governo do RS negociou as dívidas mobiliária e contratual, de precatórios e de antecipação de receita orçamentária — a Dívida Fundada Contratual (DFC) — nas seguintes condições: pagamento em 30 anos; atualização monetária do estoque pelo IGP-DI (em caso de variações positivas); juros de 6% ao ano; comprometimento de 13% da Receita Líquida Real (RLR), que é igual à receita corrente menos as operações de crédito, alienação de bens, doações, transferências voluntárias e constitucionais aos municípios; pagamento de R\$ 1,5 bilhão na assinatura do contrato; redução da razão DFC/RLR para um em 15 anos; e proibição de contratação de dívida nova.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, junto com o disposto na Resolução nº 40/2001, do Senado, manteve os termos do acordo acima e impôs o ajuste fiscal: limitação do gasto com pessoal e redução da razão Dívida Consolidada Líquida (DCL)/Receita Corrente Líquida (RCL) para dois no prazo de 15 anos.

A DCL é igual à dívida total (a fluante de curto prazo mais as fundadas interna, mobiliária e contratual, e externa). A RCL representa a receita disponível e é igual à receita corrente menos transferências constitucionais aos municípios e intragovernamentais, gastos ressarcidos pela União e IR retido na fonte. Destaca-se ainda que os acordos projetaram crescimento da RLR e da RCL de 3% ao ano.

O que revelam os indicadores da dívida pós-renegociação? Pelo acordo de 1998, a DFC aumentou 41,8% até 2003, enquanto a RLR caiu 27%. A razão DFC/RLR cresceu de 1,79 para 3,48 no período. Portanto, o comportamento de alta da dívida, devido à correção monetária mais os contratos do Proes (Banrisul), e de queda da receita fez com que o montante das amortizações mais juros superassem o limite de comprometimento da receita. Por sua vez, pelo disposto na LRF, a DCL reduziu-se em 5,6% entre 2000 e 2003, mas a receita também caiu 4%. E a razão DCL/RCL reduziu-se de 2,85 para 2,80 no período. Portanto, os indicadores sugerem que a solução para a dívida continua sendo adiada, apesar dos sinais de sua redução, especialmente porque o montante das amortizações mais juros permanecem elevados em relação à receita fiscal.

Em suma, os resultados dos acordos não sanaram as finanças estaduais, uma vez que, apesar do ajuste fiscal e do esforço para reduzir a dívida, o desempenho da receita tem sido insuficiente. Certamente, os acordos foram inexoráveis, porém eles alteraram a correlação política em prol do Governo Federal, que aumentou seu poder de controle e regulação em detrimento dos estados, que perderam autonomia de gestão e domínio de fontes de financiamento.

Indicadores da dívida e da receita do RS — 1997-03

ANOS	RENEGOCIAÇÃO DE 1998			LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL		
	Razão DFC/RLR	Índice da DFC	Índice da RLR	DCL/RCL	Índice da DCL	Índice da RCL
1997	1,58	84,6	95,9	2,94	93,7	90,7
1998	1,79	100,0	100,0	2,54	98,3	110,3
1999	2,41	110,1	81,7	3,18	106,3	95,3
2000	2,41	110,7	82,2	2,85	100,0	100,0
2001	2,38	113,7	85,4	2,69	96,7	102,3
2002	3,36	165,0	87,9	3,00	108,1	102,5
2003	3,48	141,8	73,0	2,80	94,4	96,0
Δ% 1998-03	-	41,8	-27,0	-	-	-
Δ% 2000-03	-	-	-	-	-5,6	-4,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: www.fazenda.rs.gov.br

Governo RS. **Balanco Geral** (vários números).

Tribunal de Contas do Estado do RS. **Relatório e Parecer Prévio sobre as Contas do Governador do RS.**

Renato Antonio Dalmazio (FEE/NEESF)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.10.04).

ISSN 1517-7264

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.